

JORNAL DO CASO *República*

21 DE JUNHO DE 1975 — N.º 7 — PREÇO: 2\$50

DIRECTOR: RAUL RÊGO — REDACTORES: ALBERTO ARONS | DE CARVALHO/ÁLVARO GUERRA/ÁLVARO TAVARES/ANTÓNIA DE SOUSA/ARTUR ALPEDRINHA/BÉLARD DA FONSECA/CARLOS SOARES/GREGO ESTEVES/HELENA MARQUES/JAIME GAMA/JOÃO GOMES/JORGE MORAIS/MANUEL ARONS | DE CARVALHO/MANUEL GIRALDES/MARCELINO MESQUITA/NUNO COUTINHO/PAZ FERREIRA/PEDRO FOYOS/ROCHA VIEIRA/RUI CAMACHO/VASCO FERNANDES/VITOR DIREITO

DESRESPEITADAS AS DETERMINAÇÕES DO CONSELHO DE REVOLUÇÃO

O caso do jornal «República» continua por solucionar. As determinações do Conselho de Revolução foram desrespeitadas, a partir do momento em que os acontecimentos foram manipulados no sentido de se contemplar com evidente parcialidade, apenas uma das partes interessadas na questão. Ainda que notoriamente distorcida por alguns dos nossos colegas da Imprensa diária e mentirosamente referida pelas estações de rádio, a «história» dos últimos quatro dias e dos acontecimentos relacionados com o caso são, apesar de tudo, praticamente conhecidos do público — esse mesmo público, nacional e internacional, que segue atenta e ansiosamente o evoluir de um processo

que, para uns, não é mais de que um passo na escalada iniciada com a intenção de controlar totalmente a Imprensa portuguesa, enquanto para outros representa, muito justamente, uma verdadeira luta pela liberdade de expressão de pensamento.

A simples leitura dos principais documentos emitidos desde o passado dia 12 torna bem clara a verdade e demonstram de que lado está a razão.

Dirigido ao Comandante do Comando Operacional do Continente foi enviado, no dia 12 do corrente, o seguinte documento: «Informados da impossibilidade operacional do COPCON para assegurar a abertura da «República»,

requisitada para hoje, dia 12 de Junho, através de comunicações do General Otelo Saraiva de Carvalho e do seu Chefe de Estado Maior, coronel Artur Batista, a administração, direcção e redacção

(Continua nas páginas centrais)

Resposta ao Copcon

Ao tomar conhecimento de um comunicado do COPCON, ou, talvez mais rigorosamente, do Sr. major Arlindo Dias Ferreira e do Sr. capitão Cabral da Silva, publicado na imprensa de 19 de Junho, os jornalistas da «República» refutam energicamente a acusação feita de «conteúdo demagógico, e difamatório» atribuída ao seu último comunicado. Aliás, a história virá provar quem é que no período extremamente grave que o País atravessa, usou de demagogia e difamou pessoas e organizações que não abdicam do seu

(Continua na pág. 6)



O Senhor major (fardado) mais o senhor capitão (à paisana, a meio da foto, com bigode) falam com o dr. Gustavo Soromenho

Pseudo-revolucionários, em minoria manipulada e manipuladora, procuram impor a sua vontade ao povo português. Beneficiando da profunda crise de autoridade que se verifica no país, e não olhando a escrúpulos, fazem da demagogia a arma cega do assalto à liberdade. O futuro dirá o que este assalto lhes rendeu. A mentira será condenada pela História. E nenhum povo perdoa a quem lhe mente. Não perdoou ao fascismo. Não perdoará a nenhum sistema «providencial» que lhe queira esconder a verdade.

QUAL SERIA A SENTENÇA DO POVO SE FOSSE CHAMADO A JULGAR O CASO DO JORNAL «REPÚBLICA»?

E os leitores? E os factos? E o Povo? Quem, em todo este caso lamentável, apela para os números, manipulando-os em favor de uma pseudo-maioria, alguma vez pensou nos resultados de uma eventual consulta popular? Pensaram alguma vez, esses, se, com base no último recenseamento, fosse posto o «caso República» ao julgamento dos portugueses, o que aconteceria? Qual seria a sentença? Para quê, então, minorias a falar em nome de um Povo que, ainda recentemente, lhes negou — por números bem claros e de forma bem clara — qualquer representatividade? Quem, afinal, está a servir o Povo? E quem, em última análise, se está a servir do Povo? Ao fim e ao cabo, quem é o Povo Português? Será que Povo Português somos todos nós, portugueses, ou será que Povo só é quem...?

Sem contar com os telefonemas de todo o momento e com os contactos pessoais que a cada passo nos trazem palavras de incitamento para uma luta que está longe de ser só nossa, continuamos a chegar-nos as mensagens vindas de todo o lado, as mensagens que, com um «obrigado!» que sabemos não chegar, continuamos (e continuaremos) a reproduzir:

De Leiria: «Como leitores de «República» e empenhados em apoiar a campanha pro-liberdade de Informação, resolvemos contactar convosco não só para apoiar a vossa luta como para tentar esclarecer o que aconteceu com o jornal República antes do fecho do mesmo.

«Nem sempre tínhamos o «República», e porquê? Segundo a exploração do arduo: «O jornal República não recebia as sobras como qualquer outro diário, onde se compreende o receio do ardina em ficar com número elevado de «Repúblicas». Talvez este pequeno exemplo explique o decréscimo de vendas tão apregoado pelo sr. A. Belo Marques.

Do Montijo, remetido por «14 montijenses», um donativo e uma legenda: «Pela liberdade de Informação!»

De Madrid, dirigido a Raúl Rego e no convencimento de que o «República» já havia sido restituído à liberdade: «Te felicitamos por reabertura del diário Republica. Abrazos.» a Tierno Galvan e Raul Morodo.

De Bragança: «Calorosas saudações todos quantos lutam defesa liberdade jornal República. a) José Monteiro.

De Ovar: «Vitória República. Abaixo golpistas. a) Alexandre Seixas.

De Lisboa: «Gostaria de vos oferecer o meu trabalho, mas, infelizmente, são poucas as minhas horas livres: três noites por semana (depois das 21 h.) e as tardes de sábado. Se nessas horas vos puder ser útil, ficarei contente. Sei escrever à máquina e domínio o francês e o inglês. Estou, no entanto, às ordens para qualquer tipo de trabalho, seja ele qual for.

Povo português. a) Fausto Correia Leite».

Ainda de Lisboa, uma lista de donativos de sessenta e quatro trabalhadores da Companhia Portuguesa de Electricidade, uma mensagem: «Por uma imprensa livre!».

De Cascais: «Em perfeita adesão à justa luta em defesa da liberdade de Imprensa, em apoio à Direcção e Redacção do «República» e ao exemplo vivo de uma vida dedicada ao longo dos anos à luta antifascista simbolizado pelo seu director Raúl Rego — invocam o cumprimento da Lei, para que uma voz livre da Informação não continue amordaçada (...). Como será possível o que está a acontecer depois do 25 de Abril à República? Camaradas, não será necessário animar-vos para a vossa justa luta, pois a vossa firmeza, a vossa verticalidade de homens livres foi sobejamente demonstrada. Vós estais a lutar pela conservação da Liberdade do povo trabalha-

dor deste novo país. E nós estamos convosco, firmes pela Liberdade». Assinam duzentos e setenta e dois trabalhadores da Standard Eléctrica de S. Gabriel.

De Lisboa: «87 anos vividos. 70 lutador democracia. Leitor desse número um jornal República fundação António José Almeida, abraço em si seus colaboradores viva dignidade». O telegrama é dirigido a Raúl Rego e assinado por Benevenuto.

De Lisboa: «Solidariedade e apoio firme a Raúl Rego e Redacção do «República». Pela liberdade de informação e de expressão e contra a unicidade informativa, continuem a vossa luta. Com a camaradagem de setenta e sete leitores do Banco Português do Atlântico, junta-se donativo».

De Loure: «Sou há muitos anos assinante do nosso República e estou presentemente privado do meu jornal ainda e não sei verdadeira-

mente a quem atribuir as culpas do facto. Ao Governo Provisório? Quem é que nos governa? As Forças Armadas? O Conselho da Revolução? Ou, pura e simplesmente, o Partido Comunista? E com bastante mágoa que vejo, aqui no Norte, o Povo a começar a descreer no 25 de Abril. Mal vai a este país se uma «tempestade» de bom senso não assolar Portugal». A carta, assinada por Alexandre Nunes Ferreira, inclui um donativo, «parte do qual é dum amigo e vizinho, António Sequeiras».

De Lisboa: «Grupo de trabalhadores da Secretaria de Estado da Administração Pública prestam homenagem ao antifascista Raúl Rego, expressam solidariedade para com a Direcção e Redacção da República, repudiam novas formas de censura e apoiam luta por uma imprensa livre, crítica, pluralista, condição necessária ao triunfo da revolução socialista». Seguem-se 52 assinaturas.

(Continua na pág. 7)

SERRA SUPERCENSOR

O censor é, também ele, acusador, defensor e juiz numa só pessoa. É ao censor que é confiada a administração do espírito. O censor é irresponsável.

KARL MARX

Caro sr. Manuel Serra: Não é verdade que os jornalistas da «República» comam crianças?

Você mesmo o reconheceu, ao não incluir na sua lista negra de jornais a ilegalizar o nome da «República», ao lado do «Jornal Novo» e do «Expresso».

Ficámos desvanecidos. Tem você muita razão: os jornalistas daqueles dois nossos colegas são uns maus. Eu próprio vi há dias elevarem-se, do palacete onde trabalha a equipa de Portela, enigmáticas volutas de fumo, não me passando despercebidas as pequenas ossadas dispersas pelo jardim. Tão-pouco, ao passar pela Duque de Palmela, me escapou o estranhíssimo cheiro a carne assada. Compreendo, portanto, que você, num rasgo vegetariano, decretou: «legalizem-se!»

Marcelo Coetano era muito menos radical. Mandava cortar artigos, frases, palavras. Você, porém, anseia por cortar jornais inteiros. É, pois, um grande democrata. Mas... será isso socialista? Será isso popular? Será isso, ao menos, antifascista? Você faria empalidecer o próprio coronel Páscoa. Merece, pois, a graduação em brigadeiro. Duas penas das suas, e era uma vez a imprensa portuguesa. Ficariam, quem sabe, os «Ecos» de Alguidares de Cima e uma versão populista do «Diário do Governo».

Só uma coisa me intriga terrivelmente, me deixa mesmo inquieto: que jornais lê você aí em casa? Tudo leva a supor que se trate daqueles que não quer ilegalizar: o «Tempo», o «Jornal do Sul», a «Vida Rural», «O Século», o «Notícias da Amadora», o «Cavaleiro da Imaculada» e, talvez, os órgãos dos partidos: o «Avante», o «Portugal Socialista», o «Povo Livre», o «Democracia 74». Se calhar é por isso, M. Serra, que você anda mal informado. Temo por si: imagino-o, entre uma página de Costa Dias e um fundo de Saramago, pedindo a Prado Coelho que lhe decifre Carlos Albino, agradecendo a Luso Soares o ter-lhe desancado E. P. Coelho, oficiando a M. Castrim para que — a propósito de televisão, claro — demande o extermínio dos devoradores de inocentes do «Expresso».

Imagino-o, perturbado pelo incoformismo de «O Século», confundido pelo pluralismo sonoro do R. C. P., angustiado e perplexo com o apartidarismo do «Notícias» ou com as amplas liberdades que o «Avanço» se permite. Vejo-o, até, indignado com a subversiva irreverência do «DL». Assim não, M. Serra. Olhe que eles estragaram-no!

O melhor é talvez não ler jornais. Vejar no Tejo, por exemplo, faz tanto bem! Já o dizia o velho. Eu também, se mandasse, era como você: não passava a ninguém licença para ler a «República», o «Jornal Novo» ou o «Expresso». Nem sequer «A Batalha», «A Voz do Trabalhador» ou o «Luta Popular». São leituras perniciosas, veias de doutrinas deletérias, capazes de fazer perder a alma a quem distraidamente ainda a traga. Populismo é que é bom. Jornalistas? Só rigorosamente vigiados. Você é que sabe, você é que conhece as boas leituras.

O pior, Manuel Serra, é que nem todos pensam sensatamente, como nós. Imagine que há duzentas mil pessoas que não gostam da «boa imprensa». Que preferem o «Expresso», a «República», o «Jornal Novo!» Lá tem você de armar em brigadeiro, e dar cabo desses novos bois de Tunes. O país está numa situação económica difícil? A culpa é da «República». Há problemas graves em Angola? O culpado é o «Expresso». A liberdade de imprensa está em perigo? A culpa é do «Jornal Novo». Isso, Serra. Seja polícia, acusador, juiz e executor. Distraia o povo dos problemas reais. Divirta-o com cantigas, autos de fé, futebol e comícios. Encha-lhe a barriga com discursos. Diga-lhe que Portela é um terrível salazarista, Rego um agente de Kissinger, Balsemão um discípulo de Pinochet. Diga-lhes que o «Diário de Notícias» é que é o marxismo-leninismo, quanto o «Luta Popular» representa, somente, a doutrina corporativa. Pode ser que o povo acredite. Se não... lá tem você de obrigar a ler só a verdadeira doutrina. Lá tem você de mandar soltar os cães da repressão. Lá tem você, que noutros tempos foi vítima, de se tornar carrasco. E de tirar a máscara.

F. B. F.

(NOTA — Esclareço não ter qualquer procuração para defender os trabalhadores dos jornais em questão, para além de — com sua licença — ser leitor de alguns deles. Tal como presumo que você não teve procuração para os atacar.)

NÃO QUEREMOS VIVER UM GOLPE —QUEREMOS FAZER UMA REVOLUÇÃO

O artigo que se segue destinava-se à «República» libertada. Como a libertação tarda, aqui fica esta prova com a qual se procura contribuir para o esclarecimento de uma situação que interessa a todo o povo português e, talvez por isso, não interessa a alguns...

Uma outra fase do combate pelas liberdades públicas, nomeadamente pela liberdade de expressão e pelo direito à informação, começa hoje para nós e para os nossos camaradas de outros jornais que não tenham ainda hipotecado a palavra a novos donos.

Vamos recomeçar a «República» num clima de tensão e de perigos externos e internos.

Perigos externos representam muito concretamente pela próxima revisão da Lei de Imprensa que, há pouco mais de uma semana, era considerada pelos mais altos responsáveis do País a «mais livre da Europa». Recreamos, na verdade, que ela não seja modificada no sentido de se tornar a mais livre do mundo...

Perigos internos representam por alguns dos nossos camaradas de outros sectores do jornal «República», que não nos consideraram «trabalhadores» e nos quiseram expulsar do jornal ou censurar o que escrevemos. Como vamos nós conciliar os objectivos de uns e de outros? Certamente tentando demonstrar, no dia a dia, que os objectivos são comuns e neles se incluem os dos leitores, demonstrando que não há uma liberdade burguesa e uma liberdade proletária — que existe apenas uma liberdade: a de dizer a verdade!

Mas é preciso para isso que esses nossos camaradas possam entender o que os deixem livremente entender.

Nunca, no interior da «República», se verificaram situações de exploração do homem pelo homem, nunca se viveram situações de discriminação. E, também, nunca as suas páginas albergaram prosa de fascistas. Antes e depois de 25 de Abril de 1974. A «República» é, por isso, um mau terreno para lutas pelo poder, para choques de interesses partidários especialmente se se utilizam as armas do terrorismo e da demagogia.

É assim que entendemos aquilo que temos sido, e aquilo que seremos: um jornal socialista, pluralista e independente.

Se para a maioria dos jornais portugueses o passado é uma herança demasiado pesada, também para a «República» o passado pesa. Só que se trata de heranças de sinal contrário — enquanto uns querem resgatar-se e lavar as nódoas antigas, nós pretendemos concretizar os ideais por que sempre nos batemos, de cabeça erguida, contra qualquer censura ou qualquer Fide que um imperialismo qualquer julgue necessário impor-nos.

Para já, não foi possível amordaçar o jornal da resis-

tência. E digo «para já», porque a incerteza paira sobre o nosso futuro.

A nossa situação assemelha-se, em muitos aspectos, à situação dos países do Leste europeu nos dois ou três anos que se seguiram ao fim da guerra. E essa experiência ensina-nos que, se um partido disciplinado, activo, saído da clandestinidade ou de um exílio «instrutivo», obedecendo a um plano rígido e bem arquetado, consegue dominar a administração interna, a polícia e a informação, pode dispensar perfeitamente o apoio de um consenso popular.

Neste ponto, a semelhança é nítida — ainda que o processo esteja no início. E, sobre este assunto, talvez o secretário-geral do Partido Comunista Português tenha cometido uma imprudência ao confidenciar ao mundo que «as eleições não têm qualquer importância, nenhuma mesmo» — referindo-se aos dois partidos que somaram cerca de 66% dos votos nas eleições de Abril — que «eles não têm a maioria». E, como se isto não bastasse à limpidez da confissão: «Prometo que em Portugal não haverá qualquer parlamento». E, ainda, sobre a Constituinte: «não será uma câmara legislativa nem uma câmara de deputados» (*).

Acreditando — como sempre acreditei — no socialismo, no marxismo, não poderei agora confundir a minha opção com o fatalismo ditatorial e a substituição de um imperialismo por outro.

O povo português, a que orgulhosamente pertence, saberá pronunciar-se pela sua independência e recusará um destino traçado a milhares de quilómetros de distância e segundo moldes previamente determinados.

Praga de 1948 não é Lisboa de 1975.

Não queremos viver um golpe. Queremos fazer uma Revolução.

Os nossos camaradas comunistas — e neles não incluo os de 26 de Abril — são os nossos aliados potenciais. Para que tal aliança se concretize basta apenas que o manobrismo e o medo deixem de ser consentidos como meios de construir o socialismo, que a pessoa humana seja respeitada nesse caminho e que as liberdades amplamente democráticas, de que tanto falam, se exerçam, dispensado-se para tal advérbios de modo ou adjectivos ocios de conteúdo.

No caso da «República» foram atirados trabalhadores contra trabalhadores. O traba-

lho foi demagogicamente utilizado, sem objectivos de produção, mas como argumento político de luta injusta da qual não seriam os trabalhadores a colher os frutos — nem os trabalhadores que o lêem.

O caso da «República» — como o da Televisão, o do Rádio Clube Português e os de muitas outras empresas de vários sectores da vida nacional — o caso da «República», dizia, é um exemplo mais de como o saneamento se transforma em depuração. Como durante o período de formação das democracias populares do Leste europeu, há carrascos poupados e recuperados, e inocentes que, por incómodos, se eliminam — como nos bons velhos tempos do estalinismo.

Apelo para os nossos camaradas comunistas verdadeiros — a quem toda a vida dei provas de lealdade e solidariedade — para que nos ajudem a continuar dignos de termos

contribuído para a derrota do fascismo e para que respeitem a coerência de termos, juntos, gritado pela liberdade.

ALVARO GUERRA

(*) Estas afirmações viriam a dar lugar a um comunicado do Comité Central do Partido Comunista Português, onde se considera que as declarações do seu secretário-geral foram deturpadas.

Como contribuição para a história, diremos que a entrevista concedida por Álvaro Cunha ao «Europeu» foi feita em 17 de Maio último.

Posteriormente, um telegrama da France Presse foi divulgado. É do seguinte teor:

FP — ROMA, 10 — A jornalista que registou a entrevista de Álvaro Cunha ao semanário italiano «Europeu», Oriana Fallaci, confirmou segunda-feira à noite a exactidão do texto publicado, apesar do desmen-

tido dado de tarde pelo Partido Comunista Português. «Confirmo palavra por palavra o texto do «Europeu» — declarou Oriana Fallaci, que precisou terem sido as declarações do secretário-geral do PCP gravadas em fita magnética. «O sr. Cunha poderá escutar as gravações para verificar a exactidão da tradução» — acrescentou.

A jornalista italiana afirmou que Cunha declarou efectivamente nesta entrevista que «é cometer um erro dizer que o Partido Socialista com os seus 40% de votos e o Partido Popular Democrático com os seus 27% constituem uma maioria».

Acrescentou que Cunha também fez a seguinte afirmação: «Prometo-lhe que em Portugal não haverá nenhum Parlamento».

Oriana Fallaci sublinhou também que o texto publicado não contém naturalmente os comentários de Cunha acerca do Partido Comunista Italiano. «Ele ria, troçava e acentuava as suas palavras com gestos que definirei como gestos de desprezo» — precisou ela.

CHAIMITES DE CASA NÃO FAZEM MILAGRES

De plantão à Rua da Misericórdia, com emoções, comandos, Ralis, major Dias Ferreira (dizendo e desdizendo, solene para uns, demagogo para os outros), perdia eu a paciência mas nunca a esperança de ver feita a justiça difícil, de doa a quem doer, sem que desse nunca a quem desinteressadamente faz da verdade uma causa, da liberdade um direito a cuja conquista dedico vida e conforto.

No meio de tanto sofrimento — e não falo só do meu, mas também do de todos os camaradas, de um e outro lado, sendo um equívoco para muitos deles e mais a ânsia de um aperto de mão e vamos-ao-trabalho — no meio de tanto sofrimento, dizia, a tia Guilhermina, rija embora, mas periclitante nos seus noventa e dois, teimava em manter-se a par dos acontecimentos.

Baralhada por uma rádio com «sêde que se deseja», por um «Diário de Notícias» saramaguejante, por um «Século» nas lonas de tanta moção pecepista, por um «D L» grialhado e atabalhoado, a tia teimava à cata da verdade na confusão premeditada.

«De que lado está a Revolução?» — perguntou-me telefonicamente, entre duas ervilhas — perdão! — duas cavilhas.

«A Revolução?» — gaguejei — «Qual?»

«A que há-de libertar a nossa República!» — respondeu, lépida, a tia.

Estando eu informando da leiteria do sr. Inácio, mesmo diante da «República», ouvindo o rumor de chaimites chegando, confidenciei ao telefone: «Estão a chegar os chaimites do do COPCON, talvez agora...»

«Mas o Conselho da Revolução não mandou ninguém?» — desconfiou a tia.

«Não, tia. Veio o COPCON. É o mesmo» — tranquilizei.

«Ai, filho» — desabafou a tia — «Chaimites de casa não fazem milagres!»

Proteste! Falci-lhe de Chiles e Vietnames. Nada. Não acreditou no milagre. E acrescentou perentória: «Só acredito quando vir a República na rua. Com o Rêgo no cabeçalho!» — e desligou.

Vá lá a gente convencer, só com palavras, uma velhota que vai nos noventa e dois e coze sem óculos.

E, para além dela, quem poderá ser convencido só com palavras que, as mais das vezes, mais valia que se não lessem nem ouvissem?

ALVARO GUERRA

NÃO FORAM CUMPRIDAS AS DETERMINAÇÕES DO CONSELHO DA REVOLUÇÃO

(Continuado da pág. 1)
 da «República», tendo em conta a preocupação de eficácia manifestada pelos responsáveis do COPCON, não podem deixar de reclamar que a abertura do jornal «República», na próxima segunda-feira, 16 do corrente (data indicada por V. Ex.), se faça nas seguintes condições:

- 1) Impedimento de entrada na «República» de todos os funcionários que, anteriormente, se haviam voluntariamente afastado, nomeadamente o sr. Álvaro Belo Marques;
- 2) Que as disposições da Lei de Imprensa, nomeadamente as expressas no artigo 18, quanto às entidades responsáveis pela orientação do jornal (d direcção e redacção), sejam concretamente asseguradas pelos representantes das autoridades presentes na deslagem do jornal;
- 3) Que os trabalhadores que se opuserem por sabotagem, acção directa ou qualquer outro modo à feitura do jornal sejam imediatamente transferidos para outros locais de trabalho, o que só consideramos realizável com o apoio e acção concretos das autoridades encarregadas de assegurar o cumprimento das leis. Aliás, esta exigência insere-se na letra e no espírito do comunicado de 6 de Junho de 1975 do Conselho da Revolução;
- 4) Que a deslagem das instalações de «República» seja feita às 19 horas do dia 16 do corrente;
- 5) A direcção, administração e redacção da «República» estão à disposição desse Comando para facultar todas as informações necessárias à execução dos pontos anteriormente expressos.

Certos da vossa compreensão quanto à gravidade nacional e internacional deste caso, apresentamos os nossos melhores cumprimentos».

TENTATIVA (PRECIPITADA) DE ALTERAÇÃO DA LEI DE IMPRENSA

Sem prévia consulta às bases, os Sindicatos das Artes Gráficas, dos Jornalistas, das Telecomunicações e dos Revizores de Imprensa convocaram, à pressa, um «plenário» para a noite de sábado, dia 14, no I. S. T., com o objectivo de alteração à Lei de Imprensa, conforme as conveniências da maioria dos centro e poucos sindicalizados que acorreram à chamada.

Para além da ilegitimidade de tal reunião, que se preten-

dia representar a vontade de dezenas de milhares de profissionais, mais uma vez se desprezou a parte mais directamente interessada nas consequências de tal manobra — o público, que já demonstrou o seu inequívoco interesse por uma informação verdadeira, objectiva e sem sujeição a qualquer tipo de censura.

As moções aprovadas tinham de comum a intenção deliberada de coarctar a liberdade de expressão, utilizando para tal palavras de ordem de acentuado teor demagógico.

REABERTURA GORADA

Face à referida manobra, a Direcção, Administração e Redacção de «República» acrescentaram mais um ponto ao pedido de garantias às autoridades competentes.

«Ao Comando Operacional do Continente:

Tendo em vista as moções aprovadas por um «Plenário» de Trabalhadores da Informação, hoje divulgadas pela Imprensa, as quais «exigem» a aplicação imediata à «República» de alterações à Lei da Imprensa, a Administração, Direcção e Redacção do jornal, em adenda às condições apresentadas por escrito no dia 12-6-75 a esse comando, apresentam uma nova condição determinada pelas moções acima referidas, e cujo teor é o seguinte:

— Garantia da parte desse comando de que fará cumprir a Lei em vigor e não terá em conta o teor das moções referidas».

Na segunda-feira, dia 16, à tarde, sem que nenhum dos referidos pontos fosse garantido, o major Dias Ferreira

convocou subitamente a Administração para assistir à deslagem das instalações de «República». Passando, por enquanto, em claro o comportamento do referido major, apresentamos aos nossos leitores a versão deturpada dos acontecimentos contida num comunicado do COPCON, obviamente baseado nas informações do já por demais referido major.

«1) Conforme é do conhecimento público foi determinado por este Comando, obtida a concordância da administração, a reabertura do jornal «República» para o dia 16, em hora a determinar oportunamente.

2) Por acordo com um elemento da administração, foi marcada a deslagem e abertura das instalações para as 16 horas, tendo comparecido no local elementos do COPCON, além do referido administrador.

3) Entre as 16 horas e as 16 e 50 desenrolaram-se conversações entre os representantes do COPCON e da administração, tendo sido por aqueles garantido o cumprimento da Lei de Imprensa e das resoluções do Conselho da Revolução, nomeadamente quanto a não-despedimentos e não-saneamentos, tendo-se procedido à deslagem pelas 16 e 55.

4) A administração do jornal, dizendo não acreditar nas garantias dadas pelo COPCON, declarou não aceitar a deslagem, negando-se a cumprir o determinado pelo CR. Negou-se, ainda, ao pagamento de dez dias de salário, contrariando o compromisso assumido perante os trabalhadores da «República» e o próprio CR.

5) Às 18 e 45 foi entregue no comando do COPCON uma carta da administração, na qual esta não autorizava (!) a deslagem do jornal, contrariando tudo o que anteriormente fora combinado e desrespeitando o parecer do CR.

6) Às 19 horas foi a «República» aberta simbolicamente, com garantia do direito ao trabalho, tendo sido fechada de imediato atendendo ao horário de encerramento habitual.

7) Foram entregues, simbolicamente, as chaves de uma mesma entrada a um representante da

administração e a outra à comissão de trabalhadores, tendo também o representante do COPCON ficado com um exemplar.

8) As instalações foram novamente seladas para garantia de que nelas não penetrem elementos durante a noite. Serão desseladas, em princípio, às 8 horas do dia 17.

9) Lamenta o COPCON as atitudes contraditórias da administração da «República», o seu desrespeito pelo direito ao trabalho e a sua não observância quanto às decisões do CR, o que não contribui de modo algum para o avanço do processo revolucionário, que devendo empenhar todos os portugueses conscientes, tão mal compreendido é por alguns».

A este comunicado responderam os jornalistas da «República» do seguinte modo:

«A versão oficial dos factos — o comunicado oficial — feito de mentiras ou de meias-verdades foi uma das armas utilizadas permanentemente pelo regime fascista e foi uma arma que os jornalistas se habituaram a combater, ainda que fosse em luta desigual. Mas a razão estava do nosso lado e a verdade acabou por triunfar e triunfou com o 25 de Abril de 1974.

E porque no 25 de Abril seguimos emocionados a acção libertadora levada a cabo pelo Movimento das Forças Armadas e porque nessa altura acreditámos sinceramente que nunca mais os velhos hábitos voltariam a esta terra, dirigimo-nos hoje com mágoa aos militares do COPCON. Lemos o vosso comunicado sobre o caso «República» e a única coisa que vos queremos dizer é que não esperávamos isto. Nós e o povo português não esperávamos isto e, ousamos dizer, não o merecíamos.

O comunicado do COPCON sobre o caso «República» é um comunicado que poderia ter sido escrito antes do 25 de Abril e é isto que mais nos desgosta nele. Afirma-se, no comunicado, que o COPCON garantiu o cumprimento da Lei de Imprensa e das resoluções do Conselho da Revolução. Nós dizemos: não é verdade. A verdade é que o COPCON não deu qualquer garantia de que a Lei de Imprensa seria



Leitores de «República» junto das instalações, aguardam que se faça justiça



Nas traseiras de «República»: o capitão à frente do major

respeitada. Muito pelo contrário o COPCON recusou qualquer garantia mínima. A única garantia que deu foi que abria a porta e que por ela entrariam todos os trabalhadores que quisessem, e até o sr. Belo Marques, que pediu a demissão do cargo que ocupava no jornal antes de 19 de Maio; «entraria de férias e depois se viria» — conforme afirmou o oficial representante do COPCON.

Reabrir a porta e lavar as mãos do assunto, reafirmamo-lo claramente, não é fazer cumprir a Lei de Imprensa. É, pelo contrário, permitir a sua violação. É fazer com que tudo volte à situação do dia 19 de Maio, ou seja, à situação de ilegalidade e anarquia que os inimigos da liberdade de expressão querem criar. Ao abrir a porta sem qualquer das garantias pedidas previamente ao COPCON, este tentou fazer o papel de Pilatos.

No comunicado do COPCON há, no entanto, pontos que consideramos mais graves e que repudiamos mais firmemente, até porque nos surpreendem, até porque mostram que o COPCON parece não perceber o que se passa. Assim:

a) A administração, direcção e redacção da «República» — após

terem constatado que os trabalhadores dissidentes se preparavam, no dia 12, para fazer entrar o sr. Álvaro Belo Marques — entregaram ao chefe do Estado-Maior do COPCON, coronel Artur Baptista, um memorando em que expunham as garantias necessárias à abertura legal da «República».

A tal documento nunca foi dada resposta pelo COPCON. b) O representante do COPCON junto da «República», às 16 horas do dia 16 do corrente, não assegurou a execução de nenhum dos pontos prévios que garantiriam o cumprimento da lei, nomeadamente o ponto 1) — «Impedimento de entrada na «República» de todos os funcionários que, anteriormente, se haviam voluntariamente afastado, nomeadamente o sr. Álvaro Belo Marques».

c) Tanto a administração, como a direcção e a redacção, têm manifestado desde o início deste processo o maior empenhamento no cumprimento das leis. Deste modo, quanto ao pagamento dos 10 dias de salário (de 20 a 30 de Maio), a administração submeteu-se-á ao que as leis em vigor determinarem.

d) A administração, a direcção e a redacção estão também empenhadas no cumprimento do disposto pelo Conselho da Revolução e, por isso — voltamos a dizê-lo —, responderam às exigências que os trabalhadores dissidentes têm apresentado, com um pedido de garantias para a execução das leis, garantias que lhes têm sido até agora recusadas. Só devido a este facto se requereu — às 18,45 h. do dia 16 do corrente — a não deslagem do jornal.

e) Os representantes da administração, direcção e redacção colaboraram, bem como alguns leitores do jornal, franca e construtivamente, com o representante do COPCON, tanto no que se refere à manutenção da ordem pública como na procura de soluções legais e eficazes para a concretização da abertura do jornal de acordo com as disposições do Conselho

da Revolução e com a Lei de Imprensa. Deste modo, não houve quaisquer «atitudes contraditórias da administração da «República», nem «desrespeito pelo direito ao trabalho», nem «não observância quanto às decisões do Conselho da Revolução», conforme se afirma no comunicado do COPCON.

Em conclusão: Os jornalistas da «República» declaram, sem equívocos, a sua disposição de contribuir de forma activa para o cumprimento da legalidade revolucionária, considerando que a sua contribuição para o processo em curso é incontestável, no quadro da defesa da liberdade de expressão e do direito à informação e à crítica, elementos determinantes — juntamente com o respeito pela opinião pública — para a construção de uma sociedade socialista, não totalitária, em Portugal.

Na quarta-feira, dia 18, faltando ao que combinara com a Administração de «República», o já impertinentemente referido major, antecipou de aproximadamente duas horas a deslagem das instalações do jornal, fazendo-o na ausência daquela administração e facultando aos trabalhadores dissidentes a chave de uma das portas.

Esta situação ilegal originou a justa indignação de leitores que dela tiveram conhecimento através do seguinte comunicado:

«Passando por cima da decisão do Conselho da Revolução, violando a Lei de Imprensa, cujo cumprimento o Conselho da Revolução se comprometeu a garantir, desrespeitando o compromisso assumido com a Administração da «República», o Sr. Major Arlindo Dias Ferreira em vez de proceder à abertura do jornal às 11 horas tal como estava combinado, fê-lo às 8,40 na ausência da Administração, entregando as instalações da «República» à chamada «Comissão de Trabalhadores».

Trata-se dum assalto ao Jornal

«República» efectuado com a cumplicidade directa do oficial a quem incumbia garantir o cumprimento das decisões do Conselho da Revolução.

A «República» foi ocupada. A Lei foi rasgada por quem devia zelar pela sua aplicação. A autoridade foi desrespeitada por um seu representante.

A liberdade de imprensa, conquista histórica do 25 de Abril, foi enterrada hoje, às 8,40 horas da manhã, por alguns aventureiros e provocadores, apoiados por um oficial do COPCON, o Sr. Dias Ferreira.

A Revolução está ameaçada porque a liberdade está em perigo. O Conselho da Revolução não pode permitir que as suas decisões sejam violadas por aqueles mesmos que estão encarregados de as garantir.

Quem manda neste país? Quem garante o cumprimento da legalidade revolucionária? O Povo quer uma resposta. O Conselho da Revolução tem que dar essa resposta.

A luta pela libertação do Jornal «República» está na ordem do dia. Ela é um momento essencial da luta pela clarificação da situação política pelo restabelecimento da autoridade democrática e pelo respeito ao programa do M. F. A.

Está nas mãos do POVO a defesa da Liberdade de imprensa, a defesa do Jornal «República», a defesa da Revolução.

PELA APLICAÇÃO DAS DECISÕES DO CONSELHO DA REVOLUÇÃO.

PELO CUMPRIMENTO DA LEI DE IMPRENSA.

TODOS IMEDIATAMENTE À RUA DA MISERICÓRDIA. TODOS EM DEFESA DO JORNAL «REPÚBLICA».

OS JORNALISTAS DA «REPÚBLICA»

À medida que iam tomando conhecimento da anomalia si-

(Continua na pág. 6)

1 — O M. F. A. não é um homem. O Conselho da Revolução não é um homem. O COPCON não é um homem. Dizendo de outro modo: o M. F. A. é um movimento representado por homens; o Conselho da Revolução é um órgão composto por homens; o COPCON é uma força militar constituída por homens.

2 — Os homens são falíveis. Falharam ontem, ou falham hoje, ou hão-de falhar amanhã. Aqui ou além. Nisto ou naquilo. Com culpas ou sem elas. Com intenções ou sem intenções. O erro pode ser — e tantas vezes é, mesmo — involuntário.

3 — O sr. major Arlindo Dias Ferreira é um homem do M. F. A., o sr. major Arlindo Dias Ferreira é, no caso «República», o executor da vontade do Conselho da Revolução. O sr. major Arlindo Dias Ferreira é um militar do COPCON. O sr. major Arlindo Dias Ferreira é um homem.

4 — Como mediador encarregado de conduzir as conversações no caso «República» e de fazer cumprir as determinações do Conselho de Revolução, o sr. major Arlindo Dias Ferreira falhou. Não por ser Arlindo Dias Ferreira, e major. Mas por ser homem. Um homem que, encarregado de uma missão, não soube levá-la a cabo. Um homem que, transformado em mediador de um conflito, optou por uma das partes e funcionou de acordo com essa opção.

5 — Como homem, o sr. major Arlindo Dias Ferreira tem todo o direito de optar por quem quiser e pelo

que quiser. Como militar encarregado de uma missão e da arbitragem de um conflito, embora lhe continuemos a reconhecer o direito de optar por quem quiser ou pelo que quiser, o sr. major Arlindo Dias Ferreira não tinha o direito de actuar ao sabor da opção feita.

6 — Esclarecendo:

a) Quando acusamos o sr. major Arlindo Dias Ferreira, homem do M. F. A., não estamos a acusar o M. F. A.;

b) quando acusamos o sr. major Arlindo Dias Ferreira, executor das determinações do Conselho da Revolução, não estamos a acusar o Conselho da Revolução;

c) quando acusamos o sr. major Arlindo Dias Ferreira, militar do COPCON, não estamos a acusar o COPCON.

7 — Será oportuno lembrar que, excluindo o sr. major Arlindo Dias Ferreira, estamos com o M. F. A.. Que, excluindo o sr. major Arlindo Dias Ferreira, estamos com o Conselho da Revolução. Que, excluindo o sr. major Arlindo Dias Ferreira, estamos com o COPCON. E será, talvez, oportuno recordar também que, excluindo o sr. major Arlindo Dias Ferreira, estamos com a Revolução. Tão com a Revolução que nos recusamos e sempre nos recusaremos a permitir que, em nome dela, se amordace, num país em liberdade, a liberdade de expressão. Com ou sem a participação do sr. major Arlindo Dias Ferreira.



Redactores de «República» junto à porta que lhes fecharam

Resposta a um comunicado do Copcon

(Continuação da pág. 1)

direito de livre crítica e estão firmemente empenhados em evitar o regresso a quaisquer formas de opressão às liberdades conquistadas, até porque essas pessoas e organizações não esqueceram as promessas de liberdade e democracia feitas pelos capitães do 25 de Abril.

Por tudo isto o comunicado do COPCON merece-nos os seguintes comentários:

1. Nunca assumimos o papel de vítimas mas sempre o de lutadores pela liberdade de informação em Portugal, neste momento já gravemente comprometida. Ao contrário do que outros hipocritamente fizeram, nunca enfeitámos responsabilidades, actuámos sempre de face descoberta e junto das massas populares.

Quanto à nossa linguagem «direitista» limitamo-nos a considerar tal classificação resultante do espírito partidário e tendencioso do comunicado do COPCON, que é manifestamente contrário à isenção e ao «caminho pluralista» mais uma vez afirmado pelo Conselho da Revolução no comunicado hoje tornado público.

2. Reafirmamos a similitude entre os processos utilizados pelo anterior regime, com as suas verdades oficiais e dogmáticas e os métodos actualmente seguidos por determinados oficiais ao serviço de órgãos revolucionários. Faltar declaradamente à verdade, quer nos contactos directos, quer nas declarações prestadas aos meios de comunicação, não será, essa sim, a forma mais clara de caluniar o «braço armado do M.F.A.»?

3. O nosso comunicado de 17 de Junho é efectivamente uma forma de liberdade de expressão só possível após o 25 de Abril. Não é porém nem quiz ser «deliberado ataque a um órgão revolucionário», a menos que, como dantes, o direito de resposta, a liberdade de crítica e a denúncia de falsidades sejam entendidos como «deliberados ataques». É exactamente porque o 25 de Abril nos devolveu o direito inalienável à liberdade de expressão é que consideramos não haver pessoas ou instituições intocáveis quando se trata de defender a verdade e a justiça.

4. A liberdade de expressão em cuja defesa não firmemente nos empenhamos é particularmente cara a milhões de portugueses cansados de uma imprensa controlada durante os duros anos do fascismo e que mais uma vez se consideram vítimas da informação monocórdica que diariamente lhe fornecem os jornais nacionalizados. Nessa medida os jornalistas da «República» sentem-se no direito de falar em nome do povo português. É porém completamente falso que a redacção da «República» esteja a defender interesses burgueses. Bastará lembrar que um linotipista (esse considerado um «trabalhador...») ganha mensalmente esc. 11.800\$00, enquanto um redactor e um

repórter (que neste processo nunca foram considerados trabalhadores) ganham respectivamente esc. 11.000\$00 e esc. 9.250\$00. Recorde-se ainda de que da «Comissão Coordenadora de Trabalhadores» fazem parte o director comercial adjunto, que aufero um vencimento mensal de esc. 18.500\$00 e o chefe dos Serviços Administrativos, cujo ordenado é de esc. 18.000\$00. Como é que se poderá falar nestes casos específicos de classe operária «mais explorada»? Por que lado é usada a demagogia? E quem está interessado no recurso à demagogia?

5. Não corresponde à verdade que o Sr. major Dias Ferreira tenha garantido o cumprimento das decisões do Conselho da Revolução e da Lei de Imprensa. E o mais formal e categórico desmentido dessa afirmação consiste no facto de não ter respeitado a hora acordada com a administração do jornal (11 horas do dia 18 de Maio) para a deslagem e abertura das instalações e entrada conjunta de trabalhadores de todos os sectores de «República». Como o COPCON muito bem sabe o seu oficial delegado desseu as instalações do jornal às 8 e 40 horas, sem autorização e com desconhecimento da administração e na ausência do seu representante, entregando-as à chamada «Comissão de Trabalhadores», sabendo encontrarem-se lá dentro elementos estranhos ao jornal e alguns até armados. Perante este facto da maior gravidade poderá ainda haver dúvidas acerca do carácter unilateral do procedimento do representante do COPCON, Sr. major Dias Ferreira?

6. Efectivamente poderá considerar-se que o COPCON, na pessoa do seu delegado não fez o papel de Pilatos na medida em que, contrariando as decisões do Conselho da Revolução, tem actuado em escandalosa defesa de uma das partes, exactamente aquela que violou a Lei de Imprensa e se propôs apoderar-se do jornal.

O comunicado do COPCON fala de garantir o direito ao trabalho. Mas os autores do comunicado falam do direito de quem? O direito ao trabalho dos 24 jornalistas da «República» esse foi violentamente espezinhado pelo representante do COPCON que, ainda esta manhã e pela segunda vez, nos impediu a entrada na redacção do jornal.

7. Concordamos inteiramente com o ponto n.º 7 do comunicado do COPCON — só que o endossamos frontalmente a certos órgãos de comunicação social sob controle directo ou indirecto do Estado. De facto os inimigos da liberdade de expressão são aqueles que não respeitam a opinião pública, deturpando ou seleccionando a informação de acordo com os seus interesses partidários que põem acima

dos interesses das classes trabalhadoras». Só nos surpreendeu que no comunicado do COPCON não existam palavras de reprovação para aqueles que todos os dias assim procedem numa alarmante e sistemática campanha de manipulação e intoxicação da opinião pública.

8. É profundamente surpreendente que o comunicado do COPCON venha afirmar de forma tão categórica não haver assaltos ao «República». Como justificarão os autores do texto tal afirmação? Será que o major Dias Ferreira e o capitão Cabral da Silva se identificam com os processos de actuação da chamada «Comissão de Trabalhadores» e visam cobrir a acção dos «assaltantes»?

Por outro lado é incompreensível a afirmação do comunicado do COPCON de que os trabalhadores visam combater o suposto partidismo do jornal, satisfazendo-se nessa luta com a simples menção, em cabeçalho, desse contestado partidário. A contradição é da «Comissão de Trabalhadores» ou dos delegados do COPCON?

9. Em face dos termos dúbios do comunicado em que o COPCON pretende endossar à Administração a iniciativa do adiamento da deslagem e abertura do jornal no passado dia 12 e ao carácter pouco convincente do motivo invocado pelo COPCON para esse adiamento, surgiram justificadas dúvidas quanto às intenções de representantes daquele Comando no que respeitava ao cumprimento das decisões do Conselho de Revolução. As condições reclamadas mais não visavam do que a obtenção de um compromisso escrito — que, como se vê, nunca foi dado.

O posterior comportamento falacioso e parcial do major Dias Ferreira foi prova cabal do fundamento das nossas dúvidas e do acerto da nossa atitude.

10. O que atrás fica dito dispensa a soma de mais argumentos ou comentários, não restando também da nossa parte «margens para dúvidas» quanto à procura «a todo o transe» de «uma solução justa e executável...» Fora esta verdadeira intenção dos delegados do COPCON e não só seria bem diferente o seu procedimento como até já o caso «República» estaria resolvido.

11. Desconhecemos a base sociológica em que se fundamentam os autores do comunicado do COPCON para refutar a nossa classificação de «dissidentes» e falar de «trabalhadores não privilegiados», particularmente depois do que afirmamos no ponto 4 relativamente a vencimentos de tipógrafos e jornalistas.

As considerações do comunicado do COPCON no ponto n.º 11 reforçam a nossa conclusão acerca da parcialidade dos delegados do Comando Operacional do Continente na apreciação deste caso

e da forma arbitrária como favorecem uma das partes.

Por outro lado o estudo cuidado da situação que os autores do comunicado evocam revela a obstinação de continuar a ignorar o elemento nitidamente mais importante de todo o processo que são as dezenas de milhar dos leitores que, por todas as formas, têm apoiado a luta dos jornalistas da «República» na defesa do direito de informação.

12. Registamos o zelo revelado no comunicado do COPCON em relação ao sr. Álvaro Belo Marques, que não só apresentara a sua demissão de director comercial da «República» como havia assegurado emprego em Amsterdão. Ou será que o responsável pelo texto do COPCON, que «percebe perfeitamente tudo o que se passa», sabia das verdadeiras intenções do sr. Álvaro Belo Marques?

13. É completamente falso que a Administração se tenha comprometido ao pagamento dos 10 dias de salário (de 20 a 30 de Maio). Recordamos que na madrugada de 20 de Maio, perante o ministro da Comunicação Social, comandante Correia Jesuino, e o director-geral da Informação, comandante Rui Montez, o administrador-delegado, dr. Gustavo Soromenho, declarou peyorativamente não pagar os dias em que o jornal se encontrasse fechado, até porque esse encerramento era da exclusiva responsabilidade da chamada «Comissão de Trabalhadores».

Mais tarde, numa prova de boa-vontade, a Administração acedeu a proceder ao pagamento desses 10 dias, desde que o conflito se resolvesse rapidamente. Ora melhor do que nós os empregados administrativos sabem que a situação económica da «República» não se compadecia com paralisações tão prolongadas.

14. Mais uma vez os representantes do COPCON distorsem a verdade ao afirmar que o jornal foi deslçado com o conhecimento da Administração. Com efeito, as instalações foram deslçadas na tarde de segunda-feira, dia 16, depois do administrador-delegado ter deixado, cerca das 17 horas, as imediações do jornal, sem que tivesse chegado a acordo com o major Dias Ferreira sobre as condições de abertura do jornal. E isto é tanto mais verdade quanto aquele oficial, atendendo aos nossos vementes protestos, mandou proceder a nova selagem, cerca das 21 horas.

15. Consideramos muito estranho que os autores do comunicado reputem de «largamente ultrapassadas» pelos órgãos mais responsáveis uma lei que o sr. Primeiro-Ministro, no seu recente regresso da conferência da NATO em Bruxelas, classificou de uma das mais liberais da Europa. Em que ficamos? Na opinião constante do comunicado do

COPCON ou na do sr. Primeiro-Ministro?

Só uma inqualificável cegueira pode explicar os ataques de que está a ser objecto a Lei de Imprensa, como se esta não tivesse sido aprovada pelo Governo provisório, elaborada com a participação dos partidos políticos, discutida publicamente, através dos órgãos de comunicação.

16. Mais uma vez estamos de acordo com o ponto de vista do comunicado em apreciação acerca do respeito devido à opinião pública. E mais uma vez endossamos esse comentário aos jornais nacionalizados e que, apesar de venderem gato por lebre ao povo português, parece em nada preocupar os seus autores.

17. A construção de uma sociedade socialista não totalitária depende essencialmente da existência de uma informação livre e pluralista. Ao impedir, esta manhã, a entrada dos jornalistas da «República» na sua Redacção, o oficial do COPCON destacado para o caso do nosso jornal vibrou forte machadada na concretização desse objectivo.

18. Reassumimos a autoria e responsabilidade do comunicado intitulado «A República foi assaltada». Quanto à classificação de «panfletário e ofensivo» deixamo-la ao juízo do povo português. Não desconhecemos no entanto que a possibilidade do povo português conhecer os factos aqui referidos será assaz limitada em confronto com a divulgação proporcionada ao comunicado do COPCON a que ora se responde. Entretanto perguntamos: que será mais grave — o tom, pretensamente panfletário do nosso texto ou a forma distorsida e nem sempre verdadeira que caracterizou os dois últimos comunicados do COPCON relacionados com o caso «República».

Desjamos, a terminar, reafirmar a nossa determinação de prosseguir a luta em que nos lançamos. Sabemos que ela é não-só indispensável à defesa da liberdade de expressão e de informação, como elemento decisivo na vitória da Revolução do 25 de Abril e na construção de uma genuína sociedade socialista onde a vida e os interesses do homem são, seguramente, os mais importantes alvos da acção individual e colectiva. Lisboa, 19 de Junho de 1975.

NÃO CUMPRIMENTO DAS DETERMINAÇÕES

(Continuação das págs. centrais)

Consideramos muito estranho que os autores do comunicado reputem de «largamente ultrapassadas» pelos órgãos mais responsáveis uma lei que o sr. Primeiro-Ministro, no seu recente regresso da conferência da NATO em Bruxelas, classificou de uma das mais liberais da Europa. Em que ficamos? Na opinião constante do comunicado do

tução, centenas de leitores foram-se reunindo junto da «República», o que obrigou à presença de forte dispositivo militar — duas Chaimites, quatro Hanomags e alguns jeeps carregados de soldados e oficiais. Foi a presença indignada desses leitores quem certamente evitou que fosse mais longe o atropelo caucionado pelo senhor major.

A POSIÇÃO DA «GAZETA DO SUL»

Os nossos leitores já sabem o que se passou nas oficinas gráficas da «Gazeta do Sul». Contámos tudo no nosso último número. Mas, felizmente, não ficámos sós. Alguém mais veio a público contar a verdade e mostrar a sua estranheza por tão insólito acontecimento. Foi a própria «Gazeta do Sul» que, no seu número do dia 14 do corrente, se insurge contra a violência exercida sobre os funcionários da empresa proprietária daquele semanário e, sobretudo, contra a inqualificável manobra desencadeada no sentido de coartar a liberdade de expressão aos jornalistas de «República».

«Gazeta do Sul» aparece com um título a toda a largura da sua primeira página, no qual classifica a manobra como «O maior escândalo do nosso tempo», para logo a seguir perguntar, ainda em título: «Quem manda, afinal, neste País?»

Esta afirmação e esta interrogação servem de tema a um artigo assinado pelo jornalista Alves Gago, figura conhecida do íntegro lutador antifascista, fundador e director do prestigioso semanário montijense. Pelo seu desassombro, pela pertinência das suas palavras,

reproduzimos a seguir, o artigo em questão:

«Como toda a gente sabe, o velho jornal «REPÚBLICA», um dos poucos órgãos verdadeiramente independentes desde sempre, que suportou a Censura e todas as perseguições políticas do tempo, acabou por ser fechado a pretexto duma questão que rotularam de «conflito de trabalhos», mas que não passou duma confrontação política entre partidos. Dum lado, que saibamos, o P.S. e do outro o P.C.P., que, a comprovar-se a sua interferência, está positivamente a negar uma orientação que, se nem a todos conseguiu enganar, pelo menos nos obrigava a uma determinada (e relativa) simpatia por ele.

E pergunta-se já: que poderia interessar à «Gazeta do Sul», às suas oficinas, aos próprios trabalhadores da casa, que este ou aquele partido político quisessem dominar o velho jornal republicano e fazer dele um órgão exclusivamente seu? Isso era lá com a política, «doença» que a nossa velha independência sempre rejeitou, sim, porque a «Gazeta» está um tanto ou quanto como

EM FACE DO BOICOTE AO NOSSO JORNAL

a «República», democrática e independente desde a primeira hora, desde os tempos em que isso era quase impossível, mas que no entanto o FASCISMO (ou lá como lhe quiserem chamar...) sempre respeitou, nunca os seus «daques» tendo vindo aqui impor que não trabalhássemos para qualquer cliente que nos pagasse e sem que tivéssemos o direito de intervir (nós) naquilo que os clientes escreviam (desde que a Censura não fosse vista nem achada).

Salazar e Caetano respeitaram-nos e até admitiram que lhes dissessem cara a cara que não éramos deles nem os gramávamos (só porque eles não eram... democráticos) sem se lembrarem de nos aplicar o «slogan» (hoje novamente em voga) de que «quem não é por nós é contra nós!»

Ora isto é que, quanto a nós, é inadmissível, sobretudo depois dum 25 de Abril em que constantemente se afirma que há toda a liberdade e se pode criticar à vontade.

Quem é afinal a INTERSINDICAL e quem é (e o que vale) o Sindicato dos Gráficos!!! Este último, pelo menos, quando se trata das justas reivindicações dos trabalhadores (seus sindicalizados) nunca lá está!

Mas esteve agora para se interessar por um assunto que nada interessa aos seus sócios, por um «frete» que lhe

foi encomendado não sabemos por quem...

Ora remeta-se o Sindicato (e a própria Intersindical) à sua insignificância e deixe trabalhar quem está disposto a fazê-lo, já que a hora, como diz o nosso próprio Primeiro Ministro e o M.F.A. nos dizem que o que precisamos é de Produção. Sim, de Produção e não de «aviadicação», de comícios e mais comícios, de palavrado barato e nada construtivo, de tempos perdidos ingloriamente com exigências de mais altos salários e menos horas de trabalho.

Não. Decididamente não será assim que se construirá o tal PORTUGAL NOVO de que todos falam, mas poucos sabem o que é.

De há muito não escrevia na «Gazeta» (que fundei) por motivos meramente de ordem interna que para aqui não são chamados.

Quebro esse período de abstenção para assumir (como sempre o fiz) a mais inteira responsabilidade por estas afirmações.

Se entenderem que a Intersindical ou o Grémio da IMPRENSA NÃO DIÁRIA (que raio de nome!), me devem também mandar calar, ou «sanear», não façam cerimónias...

Aqui fica o nome, para o que houver.

Ao vosso dispor, com os protestos de toda a consideração e muita solidariedade para

Raul Rego e Vítor Direito, deste velho jornalista provinciano (mas profissional). — ALVES GAGO.»

A solidariedade de Alves Gago não nos surpreende, sabida como é a sua verticalidade e o seu espírito de luta em prol da liberdade de expressão no nosso País. Mas, apesar de poder entender-se que este artigo se insere numa tomada de posição consentânea com a luta que Alves Gago sempre travou, aqui deixamos uma palavra de agradecimento àquele nosso camarada, fazendo votos para que vozes idênticas não se caíem enquanto for possível, neste País, que «uma Intersindical, um Sindicato (dos Gráficos) e outras forças ocultas se permitam interferir na vida das empresas e ditar leis, ameaçando os trabalhadores como nos velhos tempos do fascismo e da PIDE».

TELEGRAMAS

(Continuado da pág. 2)

Do Porto, acompanhando donativos de trabalhadores do Banco Pinto & Sotto Mayor, filial e Dependências Urbanas: «Agradecemos o favor de acusar a recepção, unicamente para termos a certeza de que foi recebido por aqueles a quem queremos beneficiar e não pelos provocadores de tal escândalo.»

(Continua no próximo número)

APOIO DE ANTI-FASCISTAS RADICADOS NO BRASIL

Um grupo de lutadores anti-fascistas portugueses residentes no Brasil manifestou há dias o seu apoio à luta dos jornalistas da «República» na defesa da liberdade de Expressão e o direito à Informação, em carta enviada ao ministro Mário Soares.

Naquele documento, assinado nomeadamente por João Sarmento Pimentel, Tito Soares de Miranda e João Lopes Fiúza, os democratas portugueses radicados no Brasil cumprimentam o nosso camarada Raul Rego «pelo altivo protesto levantado na devida hora contra a inesperada violência sofrida pelo República, jornal de comprovadas tradições democráticas, sempre em guarda e vigilante, toda a vez que se esboçaram quaisquer tentativas de opressão contra o nosso povo ou a liberdade de Imprensa, sem medir consequências ou sem levar em conta a qualificação das forças coactoras.»

Na missiva, os signatários saúdam igualmente as actividades desenvolvidas no sentido de que, «sem demora, sejam reparadas as graves ofensas e prejuízos de toda a ordem, inexplicavelmente impostos ao veterano jornal; ao mesmo tempo que, veementemente, formulam sinceros votos pela vitória dos patrióticos desígnios, de que são ínterpretes paladinos».

«Convictos do bom êxito que inevitavelmente os espera» — conclui o texto — «em prol da Causa Democrática em Portugal», os signatários «formulam ardentes votos para que os dias actuais, apesar de agitados, pelo entretcho de paixões quicá escusadas, permaneçam no fundo criadores e radiosos de esperanças, o que não deixará de acontecer se existir aquela compreensão que jamais faltou em todos os grandes momentos da nossa História e se uma vez mais nos mantivermos à altura dos grandes destinos nacionais».

A carta é assinada por António de Sousa Amorim, Tito Soares de Miranda, Alamiro Andrade, João Maria Sarmento Pimentel, Francisco Sarmento Pimentel, João Alves dos Santos, Óscar Seca de Moraes, Fernando Seca de Moraes, Ramiro F. da Nóbrega, José de Melo Espínola, Domingos José Vellozo, Elias Martins de Sousa Cavadas, Armando Francisco dos Santos, António Vicente de Sousa Andrade, Manuel Gonçalves Meira, Leonel José Teixeira, Manuel de Sousa Vieira, Manuel da Costa Baptista Pires Leite, João Lopes Valente Fiúza e Virgílio Folhadela de Macedo Simões.

O caminho da revolução não pode ser percorrido às cegas

Há muita gente que persiste no esforço de fazer crer que a verdade, afinal, são duas: a «verdade burguesa» e a «verdade revolucionária».

Surpreende que haja quem se atreva a proclamar publicamente este sofisma. E surpreende ainda mais que entre esses haja jornalistas, para os quais a verdade não deveria ser um artigo de uso pessoal, moldado ao gosto individual, mas um serviço prestado ao público, com a dignidade e a honestidade que são os princípios básicos da sua deontologia profissional e os seus deveres fundamentais para com os leitores.

Não é permitido a ninguém — e muito menos a jornalistas — ignorar que só há verdade ou mentiras. Quando muito, haverá a outra forma de mentir que é dizer meias verdades. Se a «verdade burguesa» é a que apenas serve os interesses da burguesia, então não é verdade. Se a «verdade revolu-

cionária» é a que esconde os erros ou desvios da revolução, então não é verdade também.

As campanhas de distorção, de simulação e de difamação que se fazem passar por «verdades revolucionárias», são mais do que mentiras. São actos objectivamente reaccionários.

Que melhor pode servir a reacção do que o inevitável e por vezes imediato desmascarar de mentiras descaradas que, no interesse de grupos minoritários, se fazem passar por «verdades revolucionárias»? Que melhor maneira há, na verdade, de fazer o povo descrever da revolução? Como se poderá consolidar o Socialismo em Portugal e afastar de vez o perigo de manobras reaccionárias capitalistas, se minorias activistas continuam intoxicar a opinião pública e levar a população portuguesa a percorrer de olhos vendados os caminhos que melhor servem as inconscientes ambições de domínio de forças políticas de vocação ditatorial? É difícil

habituar um povo a ser conduzido e evitar depois que outros o conduzam. É disso prova o relativo êxito que conseguem os grupos de pressão hoje activos e que seria certamente impossível se antes não tivesse havido meio século de ditadura. E se o hábito de conduzir o povo e do povo ser conduzido não se perder rapidamente, ninguém poderá garantir o fracasso dos activistas que, no futuro, o queiram conduzir de regresso ao ponto de partida do 25 de Abril. É que, embora as ditaduras e os imperialismos possam ter características opostas, a linguagem demagógica dos seus agentes é por vezes semelhante.

Não podemos, pois, deixar que o povo marche de olhos vendados sem saber aonde o conduzem. Nenhum caminho é suficientemente seguro para poder ser percorrido às cegas — muito menos o caminho de uma revolução.

R. C.

DOCUMENTO ULTRA SECRETO ELABORADO EM MOSCOVO NA BASE DA TÁCTICA DO P. C. P.

Um documento ultra secreto, assinado pelo soviético Boris Ponomarev, coordenador oficial dos partidos comunistas ocidentais, caiu, devido a uma «falha» no sistema de protecção, no conhecimento da imprensa europeia. Trata-se de um documento com cinco «pontos», elaborado nos gabinetes de Moscovo, nele se definindo uma tática «para conquistar o poder».

Segundo um jornal italiano, o primeiro partido a seguir as instruções moscovitas foi o Comunista Português, estando os cinco «pontos» a ser textualmente levados à prática.

Eis, na generalidade, as instruções de Ponomarev:

1 — PODER EXTRA-PARLAMENTAR — Devem ser formados centros de poder fora do Poder Central, paralelos, por conseguinte, e recomenda-se a organização de grupos operacionais controlados pelo partido comunista, que reforcem a sua presença nos centros administrativos periféricos, para sabotar as directivas e bloquear a eficiência. Cada tentativa de resistência deve ser espezinhada com a força, se necessário, atribuindo aos interessados intenções «golpistas».

2 — CONTROLO SINDICAL — O controlo dos sindicatos significa o controlo das forças de trabalho do país. Disso depende a possibilidade de condicionar a economia e de controlar os opositores nos locais de trabalho. É necessário, para obter tal controlo, conseguir o sindicato único ou sindicato unitário, operando com firmeza contra os «divisionistas» que perturbam a unidade dos trabalhadores e favorecem as forças subterrâneas da reacção.

3 — FORÇAS ARMADAS — Já que as Forças Armadas podem, querendo, condicionar a actividade política, é absolutamente indispensável procurar uma aliança tática com o Exército. Isto significa converter ou subverter elementos qualificados e importantes das Forças Armadas.

A lição do Chile deve, contudo, ajudar os partidos comunistas a compreender que uma aliança deste tipo não chega a transformar as ideias anti-comunistas da maioria dos oficiais. Por tal motivo, os comunistas não devem considerar-se livres do perigo de uma imprevista reacção conservadora. É absolutamente necessária a eliminação de todos os chefes das forças de segurança que devem ser, a todo o custo, reestruturadas numa única força revolucionária, atribuída a homens de segura fé política.

4 — A IMPRENSA DE OP-SIÇÃO — A sugestão soviética consiste em amordaçá-la. Dado que no Chile o mais autorizado jornal, «El Mercurio», desenvolveu uma função de vital importância na derrocada de Allende, os partidos comunistas do Ocidente que, eventualmente, entrem na área do poder devem retirar, do modo mais rápido, aos inimigos da classe, todos os meios de informação de massas e todos os instrumentos de propaganda para vencer a primeira batalha — a das palavras de ordem — levando a opinião pública a aceitar, através da insistência baseada na técnica leninista da repetição, os slogans «unidade anti-fascista», «ameaça contra-revolucionária», «tentativas divisionistas».

5 — FACTOR TEMPO — Para consolidar um governo de esquerda é necessária uma movimentação rápida. Um futuro tipo de governo Allende poderá conservar-se no poder, recorrendo para tal a brutais instrumentos de coacção. Considere-se, contudo, necessário proceder com a máxima rapidez à nacionalização dos sectores produtivos. A destruição do sistema privado é a premissa essencial para a eliminação da Imprensa independente.

Restará acrescentar, uma vez que as instruções de Moscovo são claras, que o documento Ponomarev é datado de Outubro de 1974, revestindo-se os «pontos» 4 e 5 de especial importância para a compreensão do que se passa na Imprensa portuguesa.

O «DIÁRIO DE NOTÍCIAS» EXIGE O RESPEITO PELA LEI DE IMPRENSA!...

Extraordinário! Julgávamo-nos vítimas de uma alucinação! Mas não. Vem no número de 5 de Junho: o «Diário de Notícias» exige o cumprimento da Lei de Imprensa. Isto a propósito de uma assembleia geral no Sindicato Nacional do Pessoal de Voo da Aviação Civil.

A presença do reporter encarregado de fazer a notícia foi sujeita a votação da assembleia. E o jornalista, Francisco Máximo, não levou isso a bem pois «não aceita, seja de que forma for, estar a sua presença sujeita a votações.» A seguir acrescenta: «Se ser jornalista obriga a informar com objectividade o leitor de um jornal; se a Lei de Imprensa é clara, quando diz «liberdade de acesso às fontes de informação», entendemos que a presença de um trabalhador não tem de ser sancionada por uma votação das pessoas que assistem a uma assembleia geral».

Pede-se respeito neste caso, apoia-se o desrespeito quando se trata de calar o «República». Linda ética profissional! É esta a coerência do eternamente oficioso «Diário de Notícias».

Esta informação foi prestada por um nosso leitor, funcionário do Banco Português do Atlântico.

AUGUSTO ABELAIRA AFIRMA:

«OS LEITORES SÃO OS PRINCIPAIS INTERESSADOS»

Nem toda a imprensa está alienada pela demagogia barata utilizada por minorias manipuladas e manipuladoras. Muitos camaradas nossos dão ainda provas de coragem, coragem que há-de salvar a liberdade no nosso país.

É disto exemplo o editorial de Augusto Abelaira, na «Vida Mundial» de 12/6/75. Finalmente, ergue-se uma voz para lembrar essa verdade simples e essencial: os jornais pertencem, antes detido, aos seus leitores.

Eis o editorial de Augusto Abelaira, director de «Vida Mundial», intitulado:

UM POUCO DE DEMAGOGIA

Na verdade: porque hão-de ter os jornalistas o privilégio de controlar o conteúdo dos jornais e não também os outros trabalhadores das empresas jornalísticas? É certo que, a propósito de cirurgia, é fácil de dizer que pobres de nós (pobres dos nossos corpos) se os outros trabalhadores hospitalares opinarem acerca, por exemplo, da oportunidade da transplantação de um rim. O cirurgião é um especialista, quem o não é o melhor que tem a fazer é calar-se. Mas o jornalista é um especialista no sentido em que o é o cirurgião ou, pelo contrário, não é especialista de coisíssima nenhuma,

já que trabalha num domínio que, em princípio, é acessível a todos os homens, pertence à vida quotidiana de todos nós: palavras, ideias, relato de factos? Para mais, não é impossível pensar que muitos jornalistas poderiam estar nos serviços administrativos ou na tipografia e que muitos trabalhadores administrativos ou tipógrafos poderiam estar nas redacções.

Posto o que, devo acrescentar: grande parte dos trabalhadores de uma dada empresa jornalística estão nessa empresa apenas porque não estão noutra... Quero dizer com esta banalidade: esses homens poderiam trabalhar numa fábrica de rádios ou o mercado do emprego os tivesse levado para a fábrica de rádios em vez de os ter encaminhado para a empresa jornalística. Donde a pergunta: por que razão só os que trabalham numa empresa jornalística é que hão-de exercer controlo sobre o jornal e não também os outros que só estão na fábrica de rádios... porque sim? Não estaremos a pedir para tais trabalhadores um privilégio inadmissível como aquele que têm tido até hoje os jornalistas? O direito de exercer um tal controlo provirá apenas do local ocasional onde se trabalha? E então proponho que todos os trabalhadores que poderiam estar em empresas jornalísticas (e

que só por acaso não estão lá) tenham voto acerca do conteúdo dos jornais.

Permita-se-me que vá um pouco mais longe, já que o meu propósito é a abolição de todos os privilégios: um jornal não é somente o resultado do trabalho daqueles que estão na empresa em que ele é escrito, composto, impresso, distribuído. Por exemplo: o jornal utiliza papel. E então? Porque desprivilegiar os trabalhadores do papel? Por que razão deveriam eles ser impedidos de exercer também o seu controlo sobre os jornais? E os tintos — não há jornais sem tintas. Excluiremos os fabricantes das tintas? Não penso, aliás, que possamos ficar por aqui: não há papel sem árvores. E se não vou ao ponto de exigir também que as árvores se manifestem, lembro que tratar delas, abatê-las depois e não sei que mais é fundamental para esse produto que é o jornal. Que argumento vicioso utilizaríamos para afastar esses homens? O da distância a que trabalham? E já que não há papel na empresa jornalística se ele não for lá levado... Não me refiro apenas aos camionistas (por exemplo), estou a pensar nas estradas e em quem as constrói. Porque excluir esses homens que são fundamentais para que possa haver um jornal? E quem diz papel diz água, quem

quem diz água diz canalizações... Bom. Afastaremos todos esses trabalhadores do controlo dos jornais?

Para aqui a cadeia que nos levaria aos bancários, aos empregados dos seguros, que nos levaria a toda a parte. Aos leitores, por exemplo, que em Portugal são virtualmente 8 milhões de pessoas (descontem lá as crianças e os analfabetos, se quiserem). Sim, admitiremos que os 8 milhões de leitores, afinal os principais interessados, não controlem o conteúdo do jornal?

E tudo isto, à pressa ataviado, para concluir sem ironia: será talvez absurdo privilegiar as redacções jornalísticas, mas não menos do que estender esse privilégio somente àqueles que, por obra do destino mais ou menos cego, trabalham num mesmo edifício.

AUGUSTO ABELAIRA

«JORNAL DO CASO REPÚBLICA»

Proprietário: Gustavo Soromenho
Redacção e Administração: Rua da Emenda, 13-3.º — Lisboa-2
Composto e impresso nas Oficinas da «Gráfica de Coimbra» — Coimbra.